

O POVO KARAJÁ DE ARUANÃ-GO/BRASIL: TURISMO, TERRITÓRIO E VIDA INDÍGENA

Lorranne Gomes da Silva¹
Sélvia Carneiro de Lima²
Elias Nazareno³

Resumo: O presente artigo analisa questões referentes ao turismo, ao território e à vida indígena do povo Karajá que se localiza no município de Aruanã, no Estado de Goiás - Brasil. Aruanã está inserida na Região Turística Vale do Araguaia, conjunto complexo de dinâmica do capital e diferentes interesses econômicos. Desse modo, ao considerar as apropriações dos territórios, especialmente no que se refere as atividades turísticas, é preciso repensar sobre os distintos usos e consequências de como essas práticas são instituídas, sobretudo, quando se trata de territórios indígenas. As pesquisas apontaram que o contato interétnico e a inserção dos Karajá nas demandas mercadológicas do turismo sem planejamento adequado culminaram em ressignificações socioculturais. Esta pesquisa é qualitativa e etnográfica e foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, trabalho e caderneta de campo, observação participante, rodas de conversas, registros de narrativas e imagens.

Palavras-Chave: Povo Karajá de Aruanã-GO; Turismo; Território; Ressignificação cultural.

THE KARAJÁ PEOPLE OF ARUANÃ-GO/BRAZIL: TOURISM, TERRITORY AND INDIGENOUS LIFE

Abstract: This article analyzes issues related to the tourism, territory and indigenous life of the Karajá people, located in the municipality of Aruanã, in the State of Goiás, Brazil. Aruanã is part of the Vale do Araguaia Tourist Region, a complex set of capital dynamics and different economic interests. Thus, when considering the appropriations of the territories, especially with regard to tourist activities, it is necessary to rethink the different uses and consequences of how these practices are instituted, especially when it comes to indigenous territories. The researches pointed out that the interethnic contact and the insertion of the Karajá in the market demands of the tourism without adequate planning, culminates in socio-cultural re-significances. This research is qualitative and ethnographic and was developed from a bibliographical survey, work and field book, participant observation, conversation wheel, narrative records and images.

Keywords: The Karajá people of Aruanã-GO; Tourism. Territory; Cultural Resignification.

*Este artigo é produto da pesquisa: *Reconfigurações culturais no modo de vida indígena: o povo Karajá do Cerrado Goiano* (vigência de 2014 a 2017) e da pesquisa: *Narrativas Indígenas de Goiás: grafias do povo Karajá de Aruanã* (vigência de 2017 a 2019 em andamento), ambas realizadas pela Universidade Estadual de Goiás, câmpus Cora Coralina, Cidade de Goiás.

¹ Pós-doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás, câmpus Goiânia. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), câmpus Goiânia. Professora do curso de Graduação e Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), no câmpus Cora Coralina/ Cidade de Goiás/Brasil. Coordenadora das pesquisas. lorranegomes@gmail.com.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), câmpus Goiânia. Professora de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Inhumas/Goiás/Brasil. Colaboradora das pesquisas. selvia_lima@yahoo.com.br.

³ Pós-doutorado e Doutorado em Sociologia pela Universidade de Barcelona – UB. Professor Associado I do curso de História e do curso de Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás, câmpus Goiânia. Colaborador das pesquisas. eliasna@hotmail.com.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar quais têm sido as consequências para o povo indígena Karajá⁴, de Aruanã-GO/BR⁵ em questões referentes ao turismo, ao território e à sua qualidade de vida. Nesse sentido, serão apresentados a seguir dados relacionados à origem, território e relação do povo Karajá com a cidade de Aruanã.

De acordo com (PIMENTEL DA SILVA, 2009:17), “os Karajá pertencem ao tronco linguístico macro-jê e à família Karajá”. Segundo sua cosmologia, os Karajá surgiram do fundo das águas do rio Araguaia, o *Berohokÿ*, como é chamado em *Iny rybè*, a língua dos Karajá, dos Karajá Xambioá ou Karajá do Norte e dos Javaé, que são os dois outros povos que compõem a família Karajá ou povos *Iny*. Afirma (PIMENTEL DA SILVA, 2004:122) que:

As comunidades Karajá apresentam realidades sociolinguísticas distintas umas das outras. Todas, no entanto, vivem uma situação de bilinguismo de invasão da língua portuguesa, realidade que tem provocado a perda quase que da língua Karajá em muitas aldeias, como, por exemplo, Kurehe e Xambioa, no Estado do Tocantins. Nestas comunidades, as crianças e jovens só falam a língua portuguesa e todos, com exceção de uma meia dúzia de pessoas, comunicam-se nessa língua.

Os primeiros contatos entre os não indígenas e os *Iny* foram realizados logo no início do processo colonizador, na segunda metade do século XVI. Grande parte dos *Iny* vive na Ilha do Bananal, que está situada entre os estados do Tocantins e Mato Grosso. Ramos (2016:27) afirma que “Os Karajá são moradores imemoriais do médio curso do Rio Araguaia, habitando a parte norte da Ilha do Bananal⁶, e no século XIX, parte do grupo passou a ocupar também a região sul.”

⁴ A palavra Karajá possivelmente tem origem na palavra Tupí-Guaraní *karalahu*, que designa guariba, e é semelhante à palavra que os Karajá usam para se referir ao povo Kayapó: “[...] é bastante provável que o termo pelo qual os Karajá se referem aos Kayapó seja etimologicamente relacionado com o termo que os brasileiros (bem como outras tribos indígenas) usam para se referir aos próprios Karajá” (PIN, 2014: 32 APUD RIBEIRO, 2001/2002: 87, 88).

⁵ A sigla GO é usada para Goiás, um dos estados da federação do Brasil (BR).

⁶ “A Ilha do Bananal – conhecida pelos Javaé por *Inÿ Olona* (o lugar onde surgiram os *Inÿ*) ou *Ijata olona* (o lugar onde surgiram as bananas) – está localizada no estado do Tocantins, banhada pelo rio Araguaia (*Berohokÿ* – grande rio) e seu braço menor, rio Javaés (*Bero biawa* – rio companheiro/amigo), é a maior ilha fluvial do planeta, com aproximadamente 20.000 km². ” (RAMOS, 2016: 27)

Os estudos de Pimentel da Silva (2009 *apud* Toral 1992) classificam o povo Karajá em: Karajá da região mediana da Ilha do Bananal, onde se concentram a maioria deles; Karajá meridional; e Karajá setentrional. Ainda segundo a autora, “Os Karajá meridionais são os que vivem ao sul da Ilha do Bananal, na região que vai de Aruanã (GO) a Luiz Alves (TO)” (PIMENTEL DA SILVA, 2009: 41). Restaram nessa região apenas duas aldeias, Buridina e Mirindiba.

Segundo Santos (2013), a cidade de Aruanã está inserida na “Região Turística Vale do Araguaia”, conjunto complexo de dinâmica do capital que envolve relações de poder econômico e político, de base local e regional, levando os segmentos públicos e privados a investirem cada vez mais na divulgação de atrativos e lugares turísticos, como é o caso de Aruanã.

Para Nogueira (2008), o que torna um lugar turístico cada vez mais apreciado pelo turista é a sua singularidade. Aruanã, portanto, constitui-se um desses lugares singulares por apresentar uma paisagem esculpida pelos meandros do rio Araguaia – que apresenta no período de temporada das praias, de junho a setembro⁷, inúmeras praias e bancos de areia que se formam em suas margens e no leito.

Há ainda neste município o turismo de pesca e a presença étnica de um dos povos indígenas de Goiás, os Karajá. A prática de acampar próximo ao rio Araguaia é um costume indígena milenar. Para os povos *Iny*, Karajá, Karajá Xambioá e Javaé, existem apenas duas fases no ano, conforme Nazareno (2017: 102), em *Iny rybè*, essas fases são *Wyramy* para o verão e *Bèdramy* para o inverno. Os meses de junho a setembro correspondem ao *Wyramy*, portanto, ao verão e não ao inverno como é comumente aceito entre os não indígenas para este período do ano.

Nesse sentido, os Karajá, também reconhecidos como *Povo das águas*, têm no Araguaia a base material e imaterial de sua vida. De acordo com seu mito de origem, é das profundezas das águas do rio Araguaia que toda a vida Karajá teve sua origem e de onde eles saíram para habitar a parte seca da terra. Por isso, mais que sustento, o rio Araguaia representa para eles a origem do povo, a extensão da própria vida e o mito de origem

⁷ O período da estação seca em Goiás corresponde aos meses de abril a setembro, mas o turismo considerado de alta temporada no rio Araguaia é mais evidente no mês de julho, que corresponde às férias escolares.

Karajá, balizador essencial da cultura, que aponta um vínculo forte entre território e cultura, território e produção da vida, segundo Lima (2010 a).

Este vínculo pode ser mais bem compreendido pela localização das aldeias Karajá. Não se conhece na historiografia referente à ocupação do atual território brasileiro nenhuma aldeia Karajá estabelecida fora da sinuosidade constituída pelo curso do rio Araguaia e de seus afluentes.

Porém, é nesse mesmo território, de vital significado para a construção da vida indígena, que se configuram as atividades turísticas mais significativas de Goiás em relação ao “Turismo de sol e praia” e também de “pesca” – características de um dos principais usos do Araguaia (Lima, 2010a).

Diante do exposto, é válido, portanto, alguns questionamentos que irão balizar este texto. O que as atividades turísticas representam para os Karajá? Como esse povo insere-se nessas atividades? Quais os impactos dessas atividades no território e na vida indígena dos Karajá?

O texto que segue apresentará o território do povo Karajá de Aruanã, no Estado de Goiás, sujeito da pesquisa.⁸

O território do povo Indígena Karajá de Aruanã-GO/BR

Conforme dados da Fundação Nacional da Saúde Indígena (FUNASA, 2015), no Brasil, as aldeias Karajá somam 29 no total, com população de aproximadamente 3.198 pessoas. Toral (1992) afirma que, historicamente, as maiores aldeias tinham em torno de 400 pessoas, com famílias extensas e número médio de moradores por casa de 08 pessoas, aproximadamente. Essas aldeias, tradicionalmente, são compostas por uma ou mais fileiras de casas ao longo das margens do rio Araguaia, como mostra a figura 01.

⁸ A presente pesquisa é qualitativa. Os procedimentos metodológicos foram compostos por: trabalhos de campo; anotações na caderneta de campo, elaboração e execução de rodas de conversas e registro de narrativas e imagens. Foram realizados 06 (seis) trabalhos de campo e 06 (seis) rodas de conversa na cidade de Aruanã, uma em cada ano das referentes pesquisas mencionadas, em períodos diferentes e com estadia de, aproximadamente, 5 a 7 dias cada.

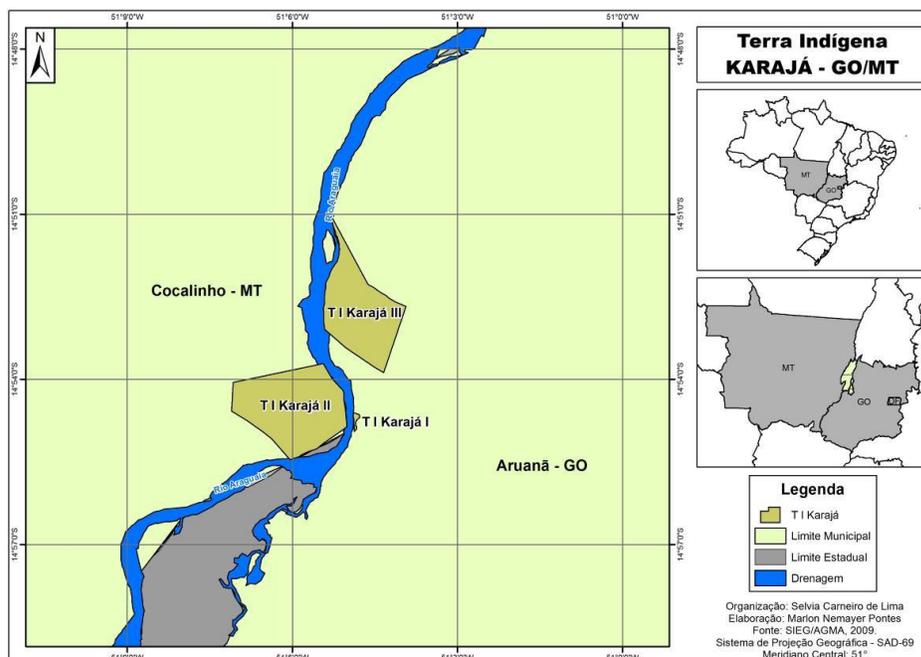
Figura 01: Aldeia Buridina, Aruanã-Goiás, Brasil, 2019



Foto 1: Aldeia Buridina, **Fonte:** Dados das pesquisas, 2019. **Desenho 1:** Aldeia Buridina, **Elaboração:** Gedeon Karajá, 2019.

Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI, 2016), o povo Karajá de Aruanã soma aproximadamente 361 pessoas, distribuídas em duas aldeias denominadas *Buridina* (160 pessoas) e *Aricá* ou *BdèBure* (85 pessoas), além de ter cerca de 116 indígenas desaldeados. Em relação à distribuição geográfica, esse povo está espacializado em três Terras Indígenas, como mostra o mapa 01.

MAPA 01: Localização das Terras Indígenas Karajá de Aruanã-GO/BR



Fonte: LIMA, (2010a). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás.

O POVO KARAJÁ DE ARUANÃ-GO/BRASIL: TURISMO, TERRITÓRIO E VIDA INDÍGENA

A Terra Indígena I, onde está a aldeia Buridina, localiza-se no Estado de Goiás, no centro da cidade de Aruanã, com 14 hectares (ha). A Terra Indígena II situa-se no Estado de Mato Grosso, na margem oposta da Terra Indígena I, com 893 ha. Constitui-se área de caça, pesca e coleta primordial para a vida desse povo e ainda apresenta restrição de uso ao longo do ano, em função do alagamento provocado pelo período chuvoso. Na Terra Indígena III localiza-se a aldeia *BdèBure*, uma área bastante utilizada para plantio, com vegetação original muito impactada por pastagens, processo anterior à demarcação da Terra Indígena. A figura 02 mostra a vista parcial das três Terras Indígenas Karajá.

Figura 02: Vista parcial das Terras Indígenas do povo Karajá de Aruanã-GO



Fonte: Dados da pesquisa, 2018

O quadro 01 é uma síntese da situação atual das Terras Indígenas Karajá de Aruanã-GO, pode-se observar a localização, a área, a situação jurídica e o uso do solo.

QUADRO 01: TERRAS INDÍGENAS KARAJÁ DE ARUANÃ-GO

Terra Indígena	Unidade da Federação	Município	Total da superfície (ha)	Fase do procedimento	Modalidade de uso
Karajá de Aruanã I	GO	Aruanã	14,2569	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Karajá de Aruanã II	MT	Cocalinho	893,2687	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Karajá de Aruanã III	GO	Aruanã	705,1748	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Fonte: FUNAI. <http://www.funai.gov.br>. *Terras Indígenas no Brasil*. Acesso: 27 mar. 2019. Elaboração: Lima, S.C.

Vale ressaltar que a demarcação do território dos Karajá, reconhecido por meio do Decreto Presidencial de 12 de setembro de 2000, foi uma conquista importante para assegurar a base de sustento da produção da vida, embora, em diversas entrevistas, apareceram as dificuldades de sobrevivência ocasionadas pela perda dos territórios tradicionais que eram, segundo relatos, “até onde a vista alcança”, ou seja, um território muito maior do que o que foi legitimado pelo Estado Brasileiro. De acordo com o Decreto Presidencial:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Carajá (Karajá) a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Carajá (Karajá) de Aruanã I, com superfície de quatorze hectares, vinte e cinco ares e sessenta e nove centiares e perímetro de dois mil, noventa e três metros e trinta e seis centímetros, situada no Município de Aruanã, Estado de Goiás. (DECRETO PRESIDENCIAL DE 12 DE SETEMBRO DE 2000).

Apesar da conquista legal em relação à demarcação, homologação e regularização das Terras Indígenas dos Karajá de Aruanã, é necessário salientar a característica de fragmentação e restrição do território tradicionalmente ocupado por esse povo, já mencionado, há mais de trinta anos, em 1986, nos estudos de Pechincha e Silveira (1986: 21), segundo o qual

Em relação à questão territorial, é destacada a situação de cerceamento que limitou a aldeia por todos os lados, com evidente redução de seu espaço original, sendo destacado que “os índios de Aruanã não possuem nenhum documento que lhes garanta a propriedade da terra que então habitam, sendo esta apenas ‘respeitada’. Segundo as relatoras, “a não reivindicação das áreas vizinhas antes por eles habitada parte de uma consciência a nível comunitário de sua impotência frente à sociedade envolvente, já que reconhecem a dificuldade em reaver a área que lhes foi expropriada.

Os estudos de Pechincha e Silveira (1986) e a atual configuração do território Karajá mostram como ao longo dos anos esse território foi sendo pressionado por atividades econômicas, reduzido e “invadido” por diversas e diferentes construções, sem respeitar as leis que asseguram a proteção das Terras Indígenas no Brasil. Os Karajá foram sendo obrigados a estar ilhados dentro de seu próprio território. Nesse sentido, menos que

aceitar as imposições do avanço da cidade de Aruanã e do turismo sobre suas terras, os Karajá tiveram que negociar a manutenção de sua permanência na região, a exemplo do que ocorreu durante todo o processo de colonização e contato, iniciado no século XVI.

A figura 03 mostra diversos empreendimentos não indígenas construídos na Terra Indígena Karajá I.

Figura 03: Construções não indígenas localizadas dentro da Terra Indígena Karajá I



Foto A: Guarda Barcos; **Foto B:** Escola Estadual Dom Cândido Penso. **Foto C:** Casa do secretário da educação de Aruanã. **Foto D:** Casa de um Turista. **Foto E:** Casa do prefeito. **Foto F:** Casa de um morador local não indígena. **Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Os estudos de Lima (2010 a: 12) evidenciam os prejuízos sociais e culturais advindos desta redução do território tradicional para as áreas de cercamento.

A redução do território Karajá as três áreas demarcadas; a coleta da matéria-prima para a produção artesanal tem sido cada vez mais difícil em função da degradação ambiental instalada no município e pela restrição imposta pela propriedade privada e pela própria delimitação do território de vivência impostos a eles; o crescimento da população indígena, o que implica a insuficiência do território para a sobrevivência de todos; o desmatamento intenso já existente principalmente na terra III, anterior à demarcação; os alagamentos que ocorrem nas Terras II e III que inviabilizam o plantio de roças e coleta na maior parte do ano e as atividades do turismo, que “invade” e reorganiza a vida indígena.

E ainda sobre a redução territorial, uma das lideranças afirmou que

Nossa terra foi ficando pequena, pequena, antes na época do meu pai, dos meus avós, a terra era maior, tinha mais espaço de caça e coleta, hoje tudo diminuído e povo aumentando. Temos que comprar muitos materiais para fazer o artesanato, até algumas sementes mais fácil de encontrar no Cerrado igual o murici não acha mais. Sem terra, a vida indígena fica difícil e muda muito. (ENTREVISTA, LIDERANÇA KARAJÁ, JUNHO, 2017).

No caso da aldeia Buridina, por estar localizada no centro da cidade de Aruanã, as modificações socioculturais e espaciais são visíveis. Isso advém de centenas de anos de contato interétnico, que trouxe para os Karajá diversos elementos da cultura não indígena como, por exemplo, o uso da língua portuguesa e a conseqüente redução ou, em vários casos, perda do uso da língua *Iny rybè*; a inserção da educação escolar; a mudança no vestuário com a introdução de roupas e sapatos; a modificação na dieta alimentar com a inserção do cloreto de sódio, do açúcar refinado e de produtos industrializados de maneira geral; o uso de medicamentos farmacêuticos; os casamentos interétnicos com não indígenas, entre outros.

No entanto, a despeito de todas as modificações territoriais e socioculturais, a pesquisa revelou que houve também a resistência no sentido da autoafirmação étnica, em que diversos elementos diacrônicos que marcam a cultura Karajá foram ressignificados, apontando para uma hibridez entre tradição e modernidade, como já afirmaram Lima e Chaveiro (2009).

Há que se destacar a modernidade como sendo um processo de apropriação de formas outras de conhecimento e visão de mundo, a partir, entre outros fatores, da invasão da América. Nesse caso, modernidade e colonialidade do poder são simultâneos, constituindo-se um ao outro. Entretanto, os conhecimentos indígenas constitutivos do conhecimento moderno foram relegados ao passado, sendo reconhecidos apenas como conhecimentos tradicionais e não contemporâneos. Trata-se em suma da negação da contemporaneidade aos conhecimentos e à existência dos povos indígenas. “Submergida e submetida a uma percepção engendrada a partir do Ocidente, a América recebeu, das mãos do colonizador, um passado retrógrado e, com ele, a negação da contemporaneidade (MIGNOLO, 2008 apud NAZARENO, 2017b: 41). Em relação à modernidade Nazareno (2017b: 44)

Como se pode perceber, há uma confluência de fatores filosóficos, políticos e epistemológicos, que conduzem à organização e ao entendimento da modernidade como um processo que se notabiliza por enredar, em determinado período, um novo padrão de poder. Nesse novo padrão de poder, de acordo com Quijano (2005: 227), “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade”. Essa identidade foi forjada tendo por base o conceito de colonialidade do poder que, em resumidas contas, significa a racialização das diferenças. Os indígenas da América passam a ser o outro dos europeus.

Ao processo de modernidade/colonialidade se antepõe de forma igualmente simultânea a decolonialidade

O argumento básico (quase um silogismo) é o seguinte: se a colonialidade é constitutiva da modernidade, uma vez que a retórica salvacionista da modernidade pressupõe a lógica opressiva e condenatória da colonialidade (a partir daí os damnés de Fanon); essa lógica opressiva produz uma energia de descontentamento, de desconfiança, de despreendimento entre aqueles que reagem diante da violência imperial. Essa energia se traduz em projetos de de-colonialidade que, em última instância, também são constitutivos da modernidade (MIGNOLO, 2008: 249, TRADUÇÃO NOSSA)⁹

Sendo assim, os Karajá, em atitude de resistência e de desobediência epistêmica, ressignificaram diversos artefatos de sua cultura material, como a confecção de peças em cerâmica e objetos de plumárias, negociando, sem abrir mão de sua identidade como povo indígena, com o colonizador a partir das demandas do mercado turístico e do acesso às matérias-primas básicas para a sua elaboração. Não se trata aqui de minimizar os efeitos violentos de tal processo, mas de tentar compreender como os Karajá, em meio a tanta opressão, estabeleceram suas estratégias de sobrevivência.

Em seguida, discutir-se-á a relação da aldeia com a cidade e da cidade com a aldeia (Lima 2010 a), percebendo a importância do rio Araguaia para a vitalidade econômica de Aruanã, a fim de contextualizá-lo no cotidiano da vida indígena Karajá.

⁹ “El argumento básico (casi un silogismo) es el siguiente: si la colonialidad es constitutiva de la modernidad puesto que la retórica salvacionista de la modernidad presupone la lógica opresiva y condenatoria de la colonialidad (de ahí los damnés de Fanon); esa lógica opresiva produce una energía de descontento, de desconfianza, de desprendimiento entre quienes reaccionan ante la violencia imperial. Esa energía se traduce en proyectos de de-colonialidad que, en última instancias, también son constitutivos de la modernidad.”

O município de Aruanã e o turismo

Aruanã, antiga Leopoldina, localizada no encontro dos rios Vermelho e Araguaia, é considerada o portal do Araguaia. A origem do povoamento que deu origem ao atual município se deu pela constituição de um presídio militar, construído em março de 1850, com o principal objetivo de reocupação por parte de não indígenas do interior do território e, ainda, zelar pela segurança dos viajantes que utilizavam o rio para se deslocarem pelo interior das terras do Brasil rumo ao norte contra-ataques dos indígenas (ROCHA, 1998).

Essa região era habitada, à época, por vários povos indígenas, destacando-se os Karajá, que tinham suas aldeias às margens do Araguaia. O local onde se construiu o presídio denominou-se “Leopoldina” em homenagem à esposa do Imperador, Dom Pedro I. Mais tarde, o nome foi modificado temporariamente para “Santa Leopoldina”, em virtude da chegada dos religiosos. De acordo com depoimento de um artesão Karajá, o nome Buridina dado à aldeia originou-se do esforço de seus antepassados em pronunciar a palavra “Leopoldina”.

Em 1868, inaugurava-se a navegação a vapor no rio Araguaia que deu grande impulso ao povoamento do entorno do presídio, alcançando a categoria de Vila, com a denominação de Leopoldina. Esse nome foi alterado para Aruanã em 1939, em razão da existência de outros topônimos iguais. A Vila de Aruanã passou à condição de distrito, por volta de 1939, integrando o município da cidade de Goiás.

O novo nome fez menção a presença marcante dos indígenas Karajá na região e refere-se tanto a um ritual tradicional¹⁰ desse povo quanto a um peixe existente no rio Araguaia, considerado sagrado. Crescendo rapidamente ao ter ligação com a capital, Goiânia, por rodovia asfaltada e, principalmente, com impulso econômico gerado pelo “Turismo das águas do Araguaia”, de repercussão nacional, tornou-se município autônomo,

¹⁰ Trata-se do ritual de passagem da criança à idade adulta, *Hetohokỹ* que envolve os *Ijasò*. De acordo com (PIMENTEL DA SILVA, 2009: 21): “Existem muitos tipos de *Ijasò*, os mais conhecidos são: *Ijareheni*, *Irabure*, *Iraketotìorea* ou *Debò*, *Txaorhi*, *Hãriri*, *Weru*, *Hsbusewenia*, *Iòbèsè*, *Txureheni* e *Lateni*. Os *Ijasò* dançam em pares. Cada par canta sua música, tem sua dança e seu ritmo próprio”. Para uma visão aprofundada do ritual ver Samuel Saburua Javaé. *Hetohokỹ*: a grande festa do povo Javaé. In. SILVA, L. J. (Org.); NASCIMENTO, A. M. (Org.); NAZARENO, ELIAS (Org.); RIBEIRO, J. P. M. (Org.). Coleção Documentação de Saberes Indígenas: povos Karajá Xambioá e Javaé. VOL. 4. IV. ed. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária (*iU), 2017. v. 10: 196.

através da Lei Estadual nº. 2.427, de 18 de dezembro de 1958, instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1959.

A população de Aruanã, conforme o senso do IBGE (2010), era de 7.496 habitantes e, em 2018, a população estimada foi de 9.635 pessoas. Constitui-se um município procurado por turistas de diversas partes do Brasil e do mundo. Sua proximidade com Goiânia, 315 km, facilita o acesso de viajantes, atraídos pelas belezas naturais do rio Araguaia e de suas praias. Compreende-se, assim, que o potencial turístico advém principalmente da presença do rio Araguaia, que corta o município, como mostram as imagens da figura 04.

Figura 04: Vistas parciais do rio Araguaia, no município de Aruanã-GO



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018

Portanto, o elemento central para a vida dos Karajá de Aruanã, habitantes seculares das margens do rio Araguaia, é também o elemento essencial para a existência da atividade turística nessa região, principalmente com a formação das praias que atraem turistas para o descanso e lazer. Segundo o Plano Nacional de Integração Hidroviária da Bacia Tocantins Araguaia (ANTAQ, 2013), o Araguaia possui 2.115 quilômetros (Km) de extensão, dos quais 1.818 Km são navegáveis.

A economia local, de acordo com Gérardi e Margi (2007) está baseada no turismo, na agricultura, na pecuária de corte e na pesca. Aruanã é ainda o principal centro receptor e dispersor de turismo, dispondo de uma boa infraestrutura hoteleira. Conforme informações do ano de 2014, divulgadas pelo Centro de Atendimento ao Turismo de Aruanã (CAT), a cidade recebeu em torno de 150.000 mil visitantes em julho, na alta temporada, e cerca de 600 mil ao longo do ano. De acordo com o guia turístico da cidade, confeccionado pelo

CAT (2014), os atrativos turísticos principais do município estão sintetizados na figura 5, a seguir.

Figura 05: Guia Turístico da Cidade de Aruanã-GO



Fonte: Centro de Atendimento ao Turismo (CAT) de Aruanã-GO, 2014.

Os itens divulgados na imagem da figura 05 mostram que o povo Indígena Karajá e os elementos de sua cultura são apontados como atrativos turísticos oferecidos pelo município. Dessa forma, resta compreender como os Karajá foram inseridos nas atividades turísticas e quais consequências esta dinâmica reverberou na vida indígena.

A vida indígena e o turismo

O turismo em Terras Indígenas tem crescido de forma significativa no Brasil. De acordo com Leal (2007: 07), “nas terras indígenas brasileiras, a atividade turística tem sido incorporada, paulatinamente, despertando o interesse de algumas comunidades”. Há povos indígenas que demonstram grande interesse pelas atividades do turismo, mas outros, ao contrário, se mostram preocupados, sobretudo, com seus possíveis efeitos negativos.

Com o povo Karajá, aos poucos, as atividades relacionadas ao turismo foram se tornando centrais para o sustento de diversas famílias indígenas, à medida que constituídas como mais um dos atrativos turísticos de Aruanã. Dessa forma, compreende-se que o povo

Karajá, por se localizar em um município que pertence à região turística Vale do Araguaia, não teve escolha em relação à inserção da comunidade na dinâmica do turismo local.

A partir de meados da década de 1980, houve uma intensificação do turismo em Aruanã, o que a tornou, atualmente, uma das principais fontes da economia do município. Neste período de intensificação das atividades turísticas, de acordo com Rocha (2008:126), “diversos relatos indicam a grave degradação socioeconômica da comunidade Karajá naquele momento, marcada por situações de alcoolismo e prostituição”.

O crescimento da cidade se deu sobre o território tradicional indígena, impondo nova organização social, política e cultural aos Karajá. Sem muito planejamento, os investimentos foram sendo estabelecidos em Aruanã. Pousadas foram construídas, hotéis, casas, chalés, restaurantes, escolas, entre outros, trazendo transformações visíveis na paisagem do município, desmatando as margens do rio e construindo edificações ao longo delas (LIMA 2010a).

Neste sentido, a cultura indígena, pelo intenso contato interétnico (já registrado na historiografia desde o século XVI)¹¹, encontrou o caminho da resistência apropriando-se de alguns elementos da cultura do colonizador que lhes eram contrários por meio de processos de interculturalidade interepistêmica (NAZARENO, MAGALHÃES, FREITAS, 2019).

Em um intenso processo, caracterizado por Pimentel da Silva (2017) como Pedagogia da Retomada¹², desde 1994, o povo Karajá, por meio da Associação Indígena da aldeia Buridina, vem desenvolvendo, com o apoio da Universidade Federal de Goiás, o Projeto de Educação e Cultura Indígena *Maurehi*, que objetiva revitalizar e manter a identidade cultural, com foco no ensino da Língua Karajá e das tradições que caracterizam os *Iny*. Uma das metodologias desse Projeto é o intercâmbio com participação de artesãos Karajá oriundos das aldeias da Ilha do Bananal, onde se localiza a maior parte da população Karajá no Brasil.

¹¹ “Ainda no século XVI, muitas expedições militares percorriam o território recém-descoberto à procura de metais preciosos e mão de obra indígena. Em função da grande quantidade dessas milícias, fizemos um recorte em relação àquelas que atravessaram “os sertões do Paraupava”, posteriormente sertão do Goiás, dando especial ênfase às que se aproximaram ou percorreram a região do rio Araguaia, entrando em contato com os indígenas que nela habitava, sobretudo os Iny (Karajá e Javaé), apresando-os inúmeras vezes.” Cf. ARAÚJO. O. C. G. Os Javaé e o Protestantismo: Salvação E Resistência (1896-1937). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFG. 2019: 63.

¹² “A pedagogia da retomada é gestada nas matrizes culturais indígenas. Fundamenta-se nos estudos feitos pelos indígenas durante as práticas pedagógicas de estágio e das pesquisas dos projetos extraescolares; do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG”. (PIMENTEL DA SILVA, 2017: 206).

Durante o período de alta temporada, sobretudo, no mês de julho, percebem-se nas ruas e praias diversos turistas de origens variadas, alterando o cotidiano da comunidade local. Em diversas entrevistas com os Karajá, foi apontado que os turistas se interessam pela presença indígena e visitam tanto a aldeia Buridina, que se localiza no centro de Aruanã, como o Museu *Maurehi*, localizado próximo à entrada principal da aldeia, com o intuito de conhecer e adquirir os objetos confeccionados pelos Karajá, expostos e comercializados no referido museu.

À medida que foi aumentando o fluxo de turistas na região, a partir da década de 1980, de acordo com o atual cacique da aldeia Buridina, a perambulação das pessoas dentro da aldeia incomodava bastante os indígenas. Porém, com o passar do tempo e pelo interesse dos turistas pelo artesanato, a mercantilização da produção indígena foi se firmando como uma importante fonte de sustento econômico para as famílias. Para uma das lideranças Karajá:

O artesanato é uma das principais fontes de renda que temos hoje aqui. Os turistas compram muito, entram na nossa aldeia, quer ver as casas, quer fazer pintura corporal, e deixamos porque vivemos disso. Tem dia que é cansativo, muita gente estranha, mas já acostumamos, quem não gosta fecha a porta e pronto. (AGOSTO, 2017).

Nesse contexto, o cacique ressalta que os turistas passaram de figuras “intrusas” na aldeia para as de “convidados”, uma vez que asseguraram fonte de renda no comércio local das peças de artesanato.

Nessas visitas, o artesanato das cerâmicas, cestarias, objetos de madeira e adornos pessoais como colares, pulseiras, anéis, dentre outros passaram a ser procurados e adquiridos por turistas. Os indígenas perceberam, então, uma possibilidade de transformar os elementos que caracterizam sua cultura material em atividade geradora de renda para as famílias.

Assim, os objetos esculpidos em barro, madeira ou confeccionados com palhas, sementes, dentre outros passaram a ser elementos importantes de subsistência para os indígenas, e hoje, em 2019, contribuem, segundo o atual cacique, com o sustento direto de aproximadamente 22 famílias e, de modo indireto, de todo o povo. A confecção dos artesanatos é realizada nas casas por algumas mulheres, mas a maioria é feita na

Associação da Família *Tehaluna Wassuri*, criada para contribuir com a revitalização da cultura e, sobretudo, fortalecer o uso da língua Karajá no cotidiano da aldeia.

Destaca-se que um dos objetivos das atividades da Associação refere-se à revitalização da confecção de algumas peças antigas de cerâmica, palha e madeira que os Karajá usavam; ensinar o plantio de roça tradicional aos mais jovens; ensinar a pescar peixes e tartarugas; ensinar a fazer beiju; incentivar a criação de abelhas e coleta de mel; dentre outras ações. A figura 06 mostra a sede da Associação Família *Tehaluna Wassuri*, na aldeia Buridina.

Figura 06: Associação Família *Tehaluna Wassuri* - Aldeia Buridina



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Conforme entrevista concedida no trabalho de campo, realizado em 2018, o coordenador da Associação Família *Tehaluna Wassuri* considera que ela tem fortalecido a produção do artesanato e estimulado mais mulheres a produzir. Há peças de madeira e palha que levam muito tempo para ficarem prontas, desse modo, entende-se que há uma produção constante, para ser vendida, sobretudo, na alta temporada, quando a cidade está cheia de turistas. Apesar da Associação, o museu *Mauheri* é o espaço principal para exposição e venda da produção artesanal dos Karajá, como mostra a figura 07.

Figura 07: Museu Mauheri



Fonte: Dados da Pesquisas, 2017

A figura 08 mostra algumas peças de artesanato confeccionadas pelos artesãos Karajá.

Figura 08: Artesanatos Confeccionados Pelos Karajá



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Dentre as peças mais procuradas pelos turistas estão as bonecas Karajá, denominadas na língua indígena de *Ritxoko*, como mostra a figura 09.

Figura 09: Bonecas *Ritxoko*



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

As bonecas foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, em 2012, como patrimônio cultural brasileiro.

A confecção das bonecas é exclusiva das mulheres, que utilizam esse momento para ensinar elementos e práticas referentes a cultura indígena para as jovens e crianças. Tradicionalmente feitas sem membros superiores e inferiores, as bonecas confeccionadas, atualmente, revelam um importante traço de ressignificação cultural, feito pela demanda do mercado. Em outras palavras, houve modificações na confecção das bonecas para a readequação à preferência do mercado, como nos revela a entrevista de um dos indígenas pesquisados.

Os turistas achavam estranho a boneca não ter braço. Para atender o gosto dos turistas as bonecas Karajá foram readequadas e receberam modificações quanto ao tamanho (tornaram-se maiores); ganharam braços e pernas e depois das modificações feitas nas bonecas as vendas aumentaram (ENTREVISTADA KARAJÁ, 2016).

Esse fato ilustra a ressignificação cultural que foi atribuída a um elemento que marca a cultura Karajá, neste caso, as bonecas, em função de seu valor como elemento de troca no mercado turístico. O símbolo da tradição indígena é apropriado pela

modernidade¹³ que traz a demanda de uma atividade econômica que incide sobre a vida indígena e a transforma.

Além da mercantilização dos objetos da cultura, alguns indígenas também sobrevivem do comércio de peixes, que tem bastante demanda, e outras atividades como barqueiro; guia para trilhas na TI II; preparo da comida tradicional para venda; pintura corporal; dentre outras, que também são fontes de renda e revelam o esforço e adequação da comunidade à realidade do município.

Assim, em alta temporada, muitos indígenas se envolvem nessas atividades, mas, após a alta temporada, a visitação de turistas é mínima, reduzindo muito a renda das famílias. Segundo relato de um dos ex-chefes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Goiás, o período de chuva constitui-se como uma época de muitas privações e leva várias famílias a verem seus orçamentos comprometidos, até mesmo para itens básicos de alimentação.

É importante destacar que as terras demarcadas, apresentadas no mapa 01 e quadro 01, são diminutas e não asseguram a garantia do desenvolvimento de atividades tradicionais do povo, como a caça, a pesca e a coleta, que sejam em quantidade suficiente para o sustento das famílias. Vale ressaltar ainda dois problemas que incidem sobre as TIs Karajá. Na TI II, há uma vegetação nativa exuberante, que permanece alagada por longos meses durante o período de chuva, normalmente, de outubro a março – comprometendo o uso dessa terra para plantios. Na TI III, desde o período de retomada deste território das mãos dos não indígenas, o desmatamento já era notável nessa área, que apresenta predomínio de pastagens, além de apresentar uma porção que também permanece alagada na estação chuvosa. (LIMA, 2010a, 2010b).

¹³ “Esta e outras influências são escamoteadas ao longo da história do ocidente, caracterizando o que Mignolo (2009) conceituou como “el lado más oscuro del renacimiento” ou como “the darker side of Western Modernity” (2011). Como se pode perceber, há uma confluência de fatores filosóficos, políticos e epistemológicos, que conduzem à organização e ao entendimento da modernidade como um processo que se notabiliza por enredar, em determinado período, um novo padrão de poder. Nesse novo padrão de poder, de acordo com (QUIJANO, 2005: 227), “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade”. Essa identidade foi forjada tendo por base o conceito de colonialidade do poder que, em resumidas contas, significa a racialização das diferenças. Os indígenas da América passam a ser o outro dos europeus. ” NAZARENO, Elias. Revisitando O Debate Acerca Da Modernidade A Partir Da Colonialidade Do Poder E Da Decolonialidade. Revista Nós, V. 03: 27-45, 2017b.

Dessa maneira, existem inúmeras dificuldades enfrentadas pelos Karajá para manter as atividades tradicionais de caça, pesca, coleta e plantio, a saber: o cerceamento do entorno das Terras Indígenas por fazendas de gado; o crescimento da cidade de Aruanã sobre os territórios que tradicionalmente ocupavam; o intenso desmatamento da região (em torno de 80% da vegetação nativa já foi devastada); a alternativa de mercantilização da cultura por meio do comércio do artesanato constitui-se uma das maneiras encontradas pelos Karajá de não só sustentarem suas famílias, como também de revitalizarem a cultura, uma vez que necessitam ensinar às gerações mais jovens a produção destes objetos. (LIMA, 2010a, 2010b).

Em relação a análise dos impactos do turismo na vida indígena, constatou-se que há muitas ressignificações socioculturais, como destacamos anteriormente, seja na língua, vestuário, dieta, confecção de artesanatos e adornos, nos casamentos, nomeações, no modo de pescar, caçar e coletar folhas, sementes, frutos, entre outros; no plantio das roças, nos rituais, músicas, pinturas corporais, nas relações sociais e familiares, crenças, bebidas, costumes, moradia, trabalho, dentre outros.

Neste sentido, o crescimento de Aruanã e do turismo contribuíram, segundo relatos de moradores da aldeia Buridina, para que os Karajá tivessem acesso a serviços, tais como eletricidade e água potável; assistência pelo CAT; acompanhamento da saúde indígena, entre outros. Porém, desde o início das atividades turísticas em Aruanã, os Karajá foram sendo inseridos nelas sem nenhum planejamento, treinamento e/ou orientações de órgãos governamentais.

Desse modo, se por um lado, o turismo trouxe e traz para o povo Karajá de Aruanã rendas a partir do comércio de artesanatos, da venda de peixes e demais atividades mencionadas, colaborando com a sobrevivência das famílias, por outro lado, as atividades turísticas têm comprometido o Cerrado e a biodiversidade local, o que prejudica diretamente a vida indígena.

Esses impactos podem ser visualizados cotidianamente nas práticas dos Karajá. Devido à dificuldade de encontrar matéria-prima, alguns elementos que compõem os artesanatos têm sido substituídos por produtos industrializados, como por exemplo, o pati (madeira) e o taquari (bambu) utilizados na confecção de arco e flecha estão sendo substituídos por outros tipos de madeiras e linhas de algodão; sementes típicas do cerrado

utilizadas na elaboração de adornos corporais foram sendo mescladas ou substituídas completamente em algumas peças por miçangas¹⁴; o tingimento das penas está sendo feito de maneira artificial. (LIMA, 2010a, 2010b).

Quanto à atividade de pesca, é válido esclarecer que a dieta alimentar Karajá é bastante significativa no consumo de peixes¹⁵ e de tartarugas. A cada ano, de acordo com entrevistas, a redução dos peixes no Araguaia é notada pelos indígenas e também pelos pescadores não indígenas.

Outra redução significativa de alimentos na dieta Karajá refere-se à tartaruga. Os lagos da região constituem-se *locus* excelente para reprodução desse animal. No entanto, em função do intenso desmatamento, mais de 50% desses ambientes estão secos, diminuindo drasticamente a qualidade necessária para a reprodução das tartarugas. (LIMA, 2010a, 2010b).

Além da contribuição para as ressignificações culturais do povo Karajá, o turismo também acentuou problemas como drogadição; alcoolismo; violência, prostituição, precarização da saúde indígena e o aumento do volume de resíduos sólidos. (LIMA, 2010a, 2010b).

Deste modo, as dificuldades encontradas para manter as tradições indígenas e o tempo cada vez mais “capturado” pelas atividades econômicas, sobretudo pelo turismo¹⁶, são indicadores da dinâmica das transformações culturais que incidem sobre a aldeia dos Karajá de Aruanã.

Muitas modificações culturais e a supressão de práticas que caracterizam a cultura Karajá são específicas da aldeia de Aruanã. Em muitas aldeias do Tocantins e Mato Grosso, o contato com o não indígena é menos intenso e são preservados diversos elementos singulares da cultura, como o uso da língua, pinturas, adornos corporais, práticas rituais, festas e alimentação. Além disso, possuem territórios mais extensos, o que facilita a preservação de suas economias tradicionais de caça, pesca, coleta e plantio.

Assim, entre os elementos reivindicados pelos Karajá, tendo em vista a diminuição dos impactos provocados, estão o incentivo ao manejo comunitário dos recursos naturais, levando em consideração os conhecimentos tradicionais; apoio e assessoria às ações de

¹⁴ Conta de vidro ou plástico pequena com cores variadas. **Fonte:** Dicionário Houaiss. Acesso: 23.04.2019.

¹⁵ Dentre os peixes mais consumidos estão o tucunaré; jaraqui; Matrinchã; curinga; pintado.

¹⁶ Ver o trabalho de Lima (2010b).

educação indígena; realização de eventos e oficinas de promoção da cultura indígena; criação de espaços de referência que valorizem, fortaleçam e divulguem a cultura indígena; valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas, como a pesquisa e controle de processos e usos da biodiversidade; contribuição para a formação técnica e organizacional das lideranças e membros das comunidades indígenas; apoio para a preservação do conhecimento e das técnicas desenvolvidas na arte e nas manifestações culturais dos povos indígenas; desenvolvimento de ações para a preservação das espécies silvestres, peixes e tartarugas; apoio e assessoria à criação e ao fortalecimento das organizações indígenas de base local e, principalmente, uma fiscalização ambiental mais ativa.

Considerações Finais

Viver numa aldeia indígena dentro de uma área urbana localizada em um dos pólos mais importantes do turismo e da produção de rebanho bovino de Goiás é um desafio. Os Karajá de Aruanã inserem-se em um contexto de interesse do capital e, pela via do turismo e da pecuária, as relações econômicas e políticas incidem com força – transformando a paisagem do vale do Araguaia, bem como a rotina da vida indígena.

Forma de vida explorada como atrativo exótico para promover o turismo em Aruanã, os Karajá revelam no século XXI uma enorme força identitária, pois, mesmo diante dos territórios solapados, das vidas estigmatizadas pelo fantasma da drogadição, do alcoolismo, da prostituição, dos conflitos interétnicos e familiares, da necessidade de revitalização do uso da língua indígena e da aprendizagem de diversos elementos da cultura como a confecção da arte plumária, da cerâmica, dos adornos corporais, das pinturas, eles resistem ao processo de subalternização e invisibilização de sua cosmologia.

Enfim, as cosmologias que fundam e fundamentam suas vidas misturam-se em Aruanã, imergindo a vida indígena, que passa por um intenso processo de atualização.

A presença dos não indígenas em Aruanã, tanto moradores, como turistas, parece apresentar-se como um paradoxo. A mercantilização da cultura surge, nesse contexto, como sentença de vida para as famílias que produzem artesanato voltado para a mercantilização, bem como a troca mercantil de qualquer outro símbolo cultural Karajá, como a pintura corporal, por exemplo.

Os turistas aguçados pelo desejo do consumo do diferente, do Outro, atuam na aldeia tanto provocando transformações na cultura, a exemplo, das modificações feitas nas bonecas Karajá para atender a demanda dos não indígenas, como impulsionando a produção da arte indígena, colocando diversos elementos da cultura para serem revitalizados – como é o exemplo da aprendizagem da língua indígena, uma vez que no contexto de produção dos artefatos, pode surgir a necessidade do uso de palavras novas, tanto para confeccioná-los como nominá-los.

Contudo, a importância vital das trocas comerciais entre indígenas e não indígenas revela outra faceta do impacto do turismo para os Karajá de Aruanã: a reorganização interna para o fortalecimento da produção artesanal voltada para a mercantilização da produção indígena. Uma dependência cada vez mais acentuada do mercado parece ser a base de sustento de diversas famílias Karajá, a exemplo do que ocorre com vários povos indígenas no contexto de interesse do turismo.

Referências

ANTAQ. Relatório Executivo. *Plano Nacional de Integração Hidroviária da Bacia Tocantins Araguaia*. 2013.

ARAÚJO. O. C. G. *Os Javaé e o Protestantismo: Salvação E Resistência (1896-1937)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFG. 2019.

BARUZZI, Roberto G; PAGLIARO, Heloisa (2002). *Os Índios Karajá das Aldeias de Santa Isabel do Morro e Fontoura, Ilha do Bananal: dados populacionais dos anos de 1969 e 2002*. XIII Encontro da Associação Brasileira de estudos Populacionais. Ouro Preto, Minas Gerais.

CAT. *Centro de Atendimento ao Turista*. <www.aruana.tur.br> [23 de março de 2015].

DECRETO DE 12 DE SETEMBRO DE 2000. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/2000/decreto-49626-12-setembro-2000-597753-publicacaooriginal-120536-pe.html. Acesso em 25 abr. 2019.

DICIONÁRIO HOUAISS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss>. Acesso: 23 abr. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Terras Indígenas no Brasil*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 25 mar. 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). Disponível em: <http://www.funasa.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FUNAI. <http://www.funai.gov.br>. *Terras Indígenas no Brasil*. Acesso: 27 mar. 2019.

GÉRARDI; MOSS, Margi. *Projeto Brasil das Águas: sete rios*. Brasília, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Senso Demográfico, 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 04 abr. 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso: 27 mar. 2019.

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 7, n. 3, p. 17-25, 2007.

LIMA, Sélvia Carneiro de. *Os Karajá de Aruanã-GO e os Tori: O Cerrado goiano em disputa*. Dissertação de mestrado. 174 f. Universidade Federal de Goiás, 2010 a.

LIMA, Sélvia Carneiro de. Os Karajá de Aruanã-GO e seus territórios restritos: biodiversidade reduzida, integridade abalada. *Ateliê Geográfico: Goiânia*, v. 4, n. 1, p. 84-115, 2010b.

LIMA, Sélvia Carneiro de; CHAVEIRO, Eguimar Felício. (2009) *A Aldeia, a Cidade, o Espaço Híbrido: a Resistência Karajá de Aruanã-GO*. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>. Acesso: 04 de agosto de 2015.

MIGNOLO, W. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 8, p. 243-281, jan.-jun. 2008.

NAZARENO, Elias; MAGALHÃES, Sônia Maria de ; FREITAS, Marco Túlio Urzeda. Interculturalidade Crítica, Transdisciplinaridade e Decolonialidade na Formação de Professores Indígenas do Povo Berò Biawa Mahadu/Javaé: Análise de Práticas Pedagógicas Contextualizadas em um Curso de Educação Intercultural Indígena. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 8, p. 490-508, 2019.

NAZARENO, Elias. História, Tempo e Lugar Entre o Povo Indígena Bero Biawa Mahãdu (Javaé): a Partir da Interculturalidade Crítica, da Decolonialidade e do Enfoque Enactivo. In: Marcos de Jesus Oliveira. (Org.). *Direitos humanos e pluriversalidade: conexões temáticas*. 01ed. Curitiba: Editora Prismas Ltda, v. 01, 2017. p. 85-118.

NAZARENO, Elias. Revisitando o debate acerca da Modernidade a Partir da Colonialidade do poder e da Decolonialidade. *Revista Nós, Cidade*, v. 03, p. 27-45, 2017b.

NOGUEIRA, M.F.M. Turismo e cultura em Goiás: comunicação e informação. *Goiânia*, v. 11, n. 1, p. 138-144, 2008.

LORRANNE GOMES DA SILVA, SÉLVIA CARNEIRO DE LIMA & ELIAS NAZARENO

PECHINCHA, Mônica; SILVEIRA, Ester. *Relatório de viagem à Aldeia Indígena Karajá de Aruanã*. Brasília: FUNAI, 1986.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. Fenômeno do bilinguismo na sociedade Karajá e no processo escolar. LIAMES 4- pp. 121-128, Primavera 2004.

_____. *Reflexões sociolinguísticas sobre línguas indígenas ameaçadas*. Goiânia, Editora da UCG, 2009.

_____. A Pedagogia da Retomada: decolonização de saberes. *Articulando e construindo saberes*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 206-216, 2017

PIN, André E. *História da educação do povo Javaé: do período colonial à República*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da UFG, 2014.

RAMOS, G. Camargo. *Conhecimentos Etnomatemáticos Tradicionais Javaé: Um diálogo entre cultura e educação*. Dissertação (Mestrado em)- Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação Matemática da UFG, 2016.

ROCHA, Leandro Mendes. Aruanã-GO: identidades e fronteiras étnicas no Rio Araguaia. *Revista Mosaico*, v. 1, n. 2, p. 123-132, 2008.

_____. *O Estado e os índios: Goiás. 1850-1889*. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA (SESAI), município de Aruanã (2016). Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SABURUA JAVAÉ, Samuel. Hetohokỹ: a grande festa do povo Javaé. In. SILVA, L. J. (Org.); NASCIMENTO, A. M. (Org.); NAZARENO, ELIAS (Org.); RIBEIRO, J. P. M. (Org.). *Coleção Documentação de Saberes Indígenas: povos Karajá Xambioá e Javaé*. Vol. 4. IV. ed. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária (*iU), v. 10. 196p, 2017.

SANTOS, Jean Carlos Vieira. *Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares*. São Paulo: Allprint, 2013.

Recebido em: 30 de abril de 2019

Aceito em: 25 de setembro de 2019